



rendimentos proporcionais até a data do balanço, não ultrapassando o valor de mercado. As aplicações financeiras são indexadas à taxa dos certificados de depósito interbancário ("taxa DI" ou "CDI"), com prazo de vencimento inferior a 360 dias.

2.2 - Créditos e valores a curto prazo

Os créditos a receber correspondem aos valores a apropriar decorrentes de adiantamentos concedidos pelo TCE. Os riscos de recebimentos de dívidas são estimados e reconhecidos em contas de ajustes, as quais se apresentam como redutoras das contas originais. Os Ajustes de Perdas de Créditos de Liquidação Duvidosa são constituídos pelos prováveis valores de reconhecimento para os passivos. As constituições e atualizações de ajustes são refletidas em contas de variações patrimoniais.

2.3 - Estoques

Os bens são registrados com base no valor de aquisição/produção. Referem-se a bens de consumo utilizados nas atividades operacionais e administrativas do TCE. Já o método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei 4.320/64.

2.4 - Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente

Representam o valor registrado a título de despesas antecipadas que serão apropriados às Variações Patrimoniais Diminutivas nos exercícios subsequentes, quando da ocorrência dos respectivos fatos geradores de acordo com o princípio da competência.

2.5 - Imobilizado

O ativo imobilizado, é composto pelos bens móveis e imóveis, é mensurado com base no valor de aquisição, produção ou construção e reavaliação, deduzido da depreciação acumulada.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

As taxas utilizadas para depreciação são as seguintes:

Descrição – BENS MÓVEIS	Taxa de depreciação
máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	20%
bens de informática	20%
móveis e utensílios	10%
materiais culturais, educacionais e de comunicação	20%
veículos	20%
bens móveis a classificar até 2013 (a)	variável

(a) Refere-se a bens advindos do antigo plano de contas, a serem reclassificados nas devidas contas contábeis, após análise detalhada do setor que controla os bens móveis (DIPA).

Em relação aos bens imóveis, devido à reavaliação das edificações, cada imóvel tem sua própria taxa de depreciação.

Documento Assinado Digitalmente por SAAC DE OLIVEIRA SEARA, MARCOS COELHO MORTO
 Acesso em: https://e-icp.gov.br/epi/validaDoc.seam Código do Documento: 7f5ea33a-d933-4992-b466-0108f2754f8b5



2.6 - Intangível

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, compreendendo o registro de softwares. É mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção, e em se tratando de ativos intangíveis obtidos por produção própria, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico, deduzido da amortização acumulada, cujo cálculo é feito com base no tempo de utilização do respectivo software.

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variações patrimoniais diminutivas em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros

2.7 - Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo

Correspondem às obrigações presentes do Tribunal de Contas, derivadas de contribuição previdenciária patronal para o regime de previdência próprio do Estado de Pernambuco – FUNAFIN, bem como para o INSS, férias a pagar e obrigações financeiras com licença-prêmio a pagar.

2.8 - Fornecedores, contas a pagar e obrigações fiscais a curto prazo

Reconhecidas pelo valor nominal e acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

2.9 – Demais obrigações a curto prazo

Correspondem às obrigações presentes do Tribunal de Contas, derivadas de eventos passados e decorrentes de retenções junto à Folha de Pagamentos dos servidores e de pagamentos de fornecedores, feitas pelo TCE-PE, em favor de terceiros.

2.10 - Provisões sobre folha de pagamento

Decorrem do reconhecimento de obrigação para com os servidores decorrentes de direitos legais, incluindo os encargos deles decorrentes, proporcionalmente ao período a que faz jus cada servidor público. São calculados proporcionalmente ao período em que o servidor tem direito e a remuneração que o mesmo percebe.

3. Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis

3.1 – Balanço Orçamentário

Demonstra as receitas previstas e as despesas fixadas em confronto com as receitas e despesas realizadas.

As receitas orçamentárias são reconhecidas quando arrecadadas, enquanto as despesas orçamentárias são reconhecidas quando empenhadas, ambas pelo seu valor nominal e classificadas em conformidade com a parte I e anexo do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, que trata dos aspectos orçamentários.

As receitas previstas e as despesas fixadas representam o orçamento inicial e estão em conformidade com a

Documento assinado Digitalmente por: ISAAC DE OLIVEIRA S. TABRA, MARCOS COELHO LORETO
Assinado em: 2023/07/25 10:45:30
Assinatura: 7f6ca33a-d92e-44993-8464-0181727541495



Lei Orçamentária Anual.

As receitas realizadas compreendem as aplicações financeiras, multas administrativas e outras receitas que eventualmente ocorram no exercício. Cabe esclarecer que o Balanço Orçamentário ora publicado, contempla as transferências financeiras recebidas e concedidas, destacando-se aquelas recebidas a título de duodécimos do Poder Executivo.

As despesas realizadas representam o orçamento inicial com as alterações ocorridas no período, por meio de créditos adicionais e dos remanejamentos orçamentários, compreendendo aquelas empenhadas, liquidadas e pagas, por categoria econômica.

Movimentações orçamentárias

A execução do orçamento no presente exercício, contemplando as transferências financeiras recebidas (duodécimo) e as transferências Concedidas (acordo junto ao Poder Executivo) foi a seguinte:

Receitas Orçamentárias Realizadas (a)	Transferências Financeiras Recebidas (b)	Transferências Concedidas (c)	Despesas Empenhadas (d)	superávit (a+b-c-d)
11.633.861,37	379.092.600,00	7.400.000,00	370.443.881,57	12.882.579,80

Fonte: Sistema e-Fisco

Foram utilizados recursos do Superávit financeiro do exercício de 2016, no montante de R\$ 823.000,00, recursos próprios (fonte de recursos 0104) no valor de R\$ 4.500.000,00, para abertura de Crédito Orçamentários Suplementares. Em relação ao total das transferências concedidas, o valor de R\$ 7.400.000,00 corresponde à devolução ao Governo do Estado e originou-se do orçamento do TCE do exercício financeiro de 2017.

Os restos a pagar relativos a 2016 (R\$ 2.183.184,84) foram todos pagos (R\$ 2.183.179,52) ou cancelados (R\$ 5,32) no exercício de 2017.

3.2 – Balanço Financeiro

Demonstra as receitas e despesas orçamentárias, bem como os pagamentos e recebimentos de natureza extra-orçamentária, conjugadas como os saldos, em espécie, provenientes do exercício anterior e aos que se transferem para o exercício seguinte.

A receita orçamentária ordinária está composta dos seguinte valores:

Descrição	Exercício atual (a)	Exercício anterior (b)	Diferença(c) = (a+b)
Receita Patrimonial	7.372.786,23	12.478.124,03	(5.105.337,80)
Outras Receitas Correntes	4.261.075,14	330.521,24	3.930.553,90
Alienação de Bens Móveis	535.516,49	44.691,00	490.825,49
TOTAL	12.169.377,86	12.853.336,27	(683.958,41)

Fonte: Sistema e-Fisco

A receita patrimonial do Tribunal de contas é resultante, em sua relevância, dos rendimentos auferidos das aplicações financeiras.

Neste exercício, a redução nas receitas patrimoniais, em relação ao exercício anterior, decorreu da devolução ao Estado no valor de R\$ 27.599.999,80 (ocorrida em 2016 em função de superávit de exercícios anteriores) e no valor de R\$ 7.400.000,00 (ocorrida em 2017 do orçamento do corrente exercício).

Documento assinado Digitalmente por: ISAAC DE OLIVEIRA SEABRA, MARCOS COELHO TORRES
Assinado em: 2017/05/17 10:54:18
Assinatura: https://e-icpep.cce/pp/validarDoc.seam?docId=9334098-854498127541dbs



O acréscimo na rubrica de "Outras Receitas Correntes" decorreu, em sua relevância, dos recursos arrecadados no concurso público realizado em 2017 no valor de R\$ 3.554.650,00, bem como da classificação de rendimentos no valor de R\$ 174.974,56 pertencentes ao grupo das receitas patrimoniais.

Por fim, o acréscimo no valor da alienação de bens foi decorrente do leilão de veículos no meio do ano (R\$ 399.437,80) e no final do ano (R\$ 136.078,69).

Valor ajustado do balanço financeiro

O balanço financeiro apresenta o valor total de R\$ 1.520.786.073,89. Este valor é incompatível com o orçamento aprovado e executado neste exercício.

Tal fato decorre da existência de contas contábeis que replicam lançamentos para efeito de controle, conforme a tabela a seguir:

DESCRIÇÃO	Valor (R\$)
Total Ingressos conforme balanço financeiro do e-fisco	1.520.786.073,89
Rec Extra Orçam.- Depósitos restituíveis e valores vinculados (a)	-238.306.978,34
Rec Extra Orçam.- Outros recebimentos extraordinários (b)	-819.280.505,73
Total ajustado dos ingressos conforme balanço financeiro - efisco	463.198.589,82
DESCRIÇÃO	Valor (R\$)
Total Dispêndios conforme balanço financeiro do e-fisco	1.520.786.073,89
Pag. Extr Orçam - Depósitos restituíveis e valores vinculados (a)	-235.514.297,09
Pag. Extr Orçam - Outros pagamentos extraordinários (b)	-819.275.877,11
Total ajustado dos dispêndios conforme balanço financeiro - efisco	465.995.899,69

- a) detalhamento da movimentação das entradas e saídas de recursos de receitas extra-orçamentárias - depósitos restituíveis e valores vinculados:

Conta Contábil	Descrição	Valor retenção	Valor recolhimento	Saldo a pagar
8.9.8.1.1.01.01	CONSIGNAÇÕES DA FOLHA, EXCETO PARA O FUNAFIN	83.032.410,71		
8.9.8.1.2.01.01	PAGAMENTO, EXCETO FUNAFIN		81.390.833,35	1.641.577,36
8.9.8.1.1.01.02	CONSIGNAÇÕES PARA O FUNAFIN	28.113.101,10		0,00
8.9.8.1.2.01.02	RECOLHIMENTO CONSIGNAÇÕES PARA O FUNAFIN		28.113.101,10	0,00
8.9.8.1.1.01.22	INSS DE TERCEIROS/PF	1.882,10		0,00
8.9.8.1.2.01.22	RECOLHIMENTO INSS DE TERCEIROS/PF		2.077,90	-195,80
8.9.8.1.1.01.23	INSS DE TERCEIROS/PJ	2.332.776,24		0,00
8.9.8.1.2.01.23	RECOLHIMENTO INSS DE TERCEIROS/PJ		2.091.458,48	241.317,76
8.9.8.1.1.01.32	IR DE TERCEIROS	197.007,52		0,00
8.9.8.1.2.01.32	RECOLHIMENTO IR DE TERCEIROS		194.504,86	2.502,66
8.9.8.1.1.01.51	ISS DE TERCEIROS	1.260.493,11		0,00
8.9.8.1.2.01.51	RECOLHIMENTO ISS DE TERCEIROS		1.129.265,14	131.227,97
8.9.8.1.1.03.01	DEPÓSITOS DIVERSOS (2188)	90.524.774,98		0,00
8.9.8.1.2.02.01	BAIXA DE DEPÓSITOS DA FOLHA DE PAGAMENTO		90.441.900,46	82.874,52
8.9.8.1.1.11.01	BAIXA DE ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS (1131)	25.588.778,79		0,00
8.9.8.1.2.11.01	APROPRIAÇÃO DE ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS (1131)		25.802.226,42	-213.447,63
8.9.8.1.1.11.08	BAIXA DE OUTROS CRÉDITOS A RECEBER (1138)	7.255.753,79		0,00
8.9.8.1.2.11.08	APROPRIAÇÃO DE OUTROS CRÉDITOS A RECEBER (1138)		6.348.929,38	906.824,41
	Total das movimentações	238.306.978,34	235.514.297,09	2.792.681,25



b) Outros Recebimentos e Outros Pagamentos Extraorçamentários decorrem das contas de controle e replicam os lançamentos relativos aos depósitos de folha de pagamento, ordens bancárias em trânsito e valores pendentes realizáveis, que embora relevantes para os fins de controle pretendidos, provocam efeitos que não traduzem a real movimentação financeira, sendo apenas uma movimentação estritamente contábil.

A conta contábil depósitos da folha de pagamento se refere a movimentação de controle dos lançamentos relativos a folha de pagamento. A conta ordens bancárias em trânsito contabilizam o controle das ordens bancárias relativas às transferências entre as contas da UG. A conta baixa de valores realizáveis é composta dos valores de pagamentos urgentes realizados no início do exercício.

A seguir demonstramos sua movimentação durante o exercício de 2017:

3.3 - Balanço Patrimonial

Caixa e Equivalentes de Caixa

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas neste grupo está apresentada a seguir:

contas	Exercício Atual(R\$)	Exercício Anterior(R\$)	AH (%)
Caixa e Bancos	1.870.051,25	7.864,86	99,6
Aplicações Financeiras	84.098.787,35	87.536.846,18	4,1
TOTAL	85.968.838,60	87.544.957,04	1,8

Fonte: Sistema e-Fisco

Variação considerada normal, considerando a movimentação do exercício financeiro.

Créditos a curto prazo

Os créditos a receber correspondem aos valores a apropriar decorrentes de adiantamentos concedidos pelo TCE. Os riscos de não recebimento historicamente são nulos. A seguir, demonstramos o quadro:

Contas	Exercício Atual(R\$)	Exercício Anterior(R\$)	AH (%)
Convênio de cessão de pessoal	8.104.170,79	7.861.565,09	3,1
Adiantamento férias	2.918.356,99	2.695.221,06	8,3
Outros adiantamentos	327.149,30	334.989,10	-2,3
TOTAL	11.349.677,08	10.891.775,25	4,2

Fonte: Sistema e-Fisco

Variação considerada normal, considerando a movimentação do exercício financeiro.

Estoques

Os estoques são mensurados pelo custo médio de aquisição em conformidade com o inciso III do artigo 106 da Lei 4320/64. Os saldos desta conta são os seguintes:

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	AH (%)
Almoxarifado	474.012,55	388.759,48	21,9



É oportuno considerar alguns aspectos relacionados à composição desse saldo, conforme detalhamento abaixo:

- a) O ASI - Solução Integrada de Administração é o sistema utilizado pelo TCE-PE para o acompanhamento dos estoques. Há situações neste sistema que não permitem uma adequada compatibilização com o saldo obtido no sistema e-fisco, tais como:
 - Existência de itens controlados pelo ASI que se referem a contratos com empresas fornecedoras de impressoras e dos respectivos insumos necessários cujos estoques em nosso poder são a ela pertencente. Esta situação acarreta distorções na totalização dos relatórios de movimentação do almoxarifado, emitidos pelo ASI. Ressalte-se que o sistema ASI não disponibiliza emissão do relatório do resumo das movimentações mensais excluindo itens pertencentes a terceiros, dificultando as conciliações entre os saldos do sistema ASI e do e-fisco.
 - Considerando que as saídas do almoxarifado central para as unidades descentralizadas já consideradas como itens de consumo pela contabilidade, em função da pouca materialidade enquanto para o ASI estas saídas são consideradas como transferências entre almoxarifados. Adicionalmente, o sistema não permite a emissão do relatório do resumo das movimentações mensais, exclusivas do almoxarifado central, acarretando distorções em relação ao valor apurado no inventário anual e com os saldos do sistema e-fisco.
- b) Houve a realização do inventário físico restrito aos itens do almoxarifado central na data de 12/12/2017, cujos ajustes aplicáveis já foram contemplados no sistema ASI. O saldo final do sistema ASI inclui a movimentação posterior a data do inventário.

Diante das considerações supracitadas, os saldos finais em 31/12/2017 foram os seguintes:

Descrição	Valor (R\$)
Inventário físico (almoxarifado central) realizado em 12/12/2017	425.019,68
(+) Movimentação líquida entre 13 e 31/12/2017 conforme ASI	5.947,21
(+) Efeito dos valores registrados nos demais almoxarifados	49.305,47
(=) Valor total do almoxarifado conforme ASI	480.272,36
(+) Entradas no E- fisco não registradas no ASI (reclassificações de bens do imobilizado como bens de consumo)	75.257,62
(-) Entradas no ASI não registradas no E- fisco - itens não identificados na execução orçamentária	(17.479,14)
(-) Movimentação líquida no ASI - incorporações de terceiros	(64.038,29)
Valor do almoxarifado conforme e-fisco	474.012,55

Fonte: Sistemas informatizados ASI e e-Fisco

Imobilizado

Bens Móveis

Os Bens Móveis do TCE-PE em 31/12/2017 totalizavam R\$ 2.797.395,40 e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir:

BENS MÓVEIS	Exercício Atual(R\$)	Exercício Anterior(R\$)	AH(%)
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	2.103.880,60	2.451.962,52	-14,2%
Bens de informática	5.046.692,57	5.541.301,79	-8,9%
Móveis e utensílios	5.289.395,38	5.344.033,38	-1,0%
Materiais culturais, educacionais e de comunicação	659.875,77	609.446,08	8,3%
Veículos	2.731.701,43	3.782.094,99	-27,8%
Bens móveis a classificar até 2013 (a)	250.534,42	388.173,87	-35,5%



(-) Depreciação acumulada de bens móveis	(13.284.684,77)	(13.126.745,15)	
TOTAL	2.797.395,40	4.990.267,48	-43,9%

Fonte: Sistema e-Fisco

- (a) Refere-se a bens advindos do antigo plano de contas, a serem reclassificados nas devidas contas contábeis, após análise detalhada do setor que controla os bens móveis (DIPA).

Houve redução no saldo da conta de veículos, em virtude das alienações no exercício corrente superarem as reposições, acarretando redução na frota existente.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do TCE-PE em 31/12/2017 totalizavam R\$ 107.264.751,86 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Descrição – BENS IMÓVEIS	Exercício Atual(R\$)	Exercício Anterior(R\$)	AH(%)
Edificações em geral	84.517.302,85	84.530.602,85	0,0
Terrenos sem edificações	4.610.000,00	4.610.000,00	0,0
Bens imóveis - obras em andamento a classificar	18.937.210,21	576.807,20	3183,7
Instalações	115.640,29	33.640,29	243,0
(-) Depreciação acumulada de bens imóveis	(915.401,49)	(627.834,73)	45,8
TOTAL	107.264.751,86	89.123.215,61	20,4

Fonte: Sistema e-Fisco

Do total dos bens imóveis - obras em andamento a classificar, o acréscimo em relação ao ano anterior é resultante dos gastos com a construção do novo edifício garagem.

Intangível

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, compreendendo o registro de softwares. Os saldos das contas contábeis são os seguintes:

Descrição	Exercício Atual(R\$)	Exercício Anterior(R\$)	AH(%)
Softwares em uso	2.224.069,42	1.437.788,21	54,7
Softwares em desenvolvimento	1.259.533,71	543.834,50	131,6
(-) amortização acumulada de bens intangíveis	(1.327.304,73)	(744.300,64)	78,3
TOTAL	2.156.294,40	1.237.322,07	74,3

A variação decorre da inclusão no saldo de softwares das etapas concluídas do sistema informatizado "Processo Eletrônico".

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a Curto Prazo

As Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar do TCE-PE em 31/12/2017 totalizavam R\$ 50.877.597,00 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Descrição	Exercício Atual(R\$)	Exercício Anterior(R\$)	AH(%)
Férias a pagar	27.934.149,76	27.501.043,94	1,00%
Férias a pagar - abono	2.866.679,37	2.902.556,26	1,2%
Licença prêmio vencida PC	10.055.827,90	0	100,0%
Encargos sobre férias	9.878.748,18	9.272.389,47	6,1%

Documento Assinado Eletronicamente por: ISAAC DE OLIVEIRA SEABRA, MARCOS COELHO MORETO
Assinatura em: https://e-fisco.tce.br/epp/validarDocumento?seamCodigoDocumento=766033-d033-4993-8644-0181754f4db5



Outras obrigações	142.191,79	122.626,50	
TOTAL	50.877.597,00	39.798.616,17	21,8%

Fonte: Sistema e-Fisco

A principal variação advém da inclusão da conta Licença-prêmio vencida, ocorrida em decorrência da mudança de entendimento sobre a classificação contábil, à luz do CPC 25, o saldo referente às obrigações financeiras com licença prêmio consideradas como líquidas e certas passaram a ser consideradas neste agrupamento.

Provisões a Curto Prazo

São calculadas proporcionalmente ao período em que o servidor tem direito, em função da remuneração atualizada que o mesmo percebe, incluindo os encargos patronais dela decorrentes.

Descrição	Exercício Atual(R\$)	Exercício Anterior(R\$)	AH(%)
Provisão de férias	0	27.501.043,94	
Provisão de férias - abono constitucional	0	2.902.556,26	
Provisão de licença prêmio	125.702.995,97	131.976.913,94	-5,0%
Provisão de encargo patronal ao RPPS/INSS sobre férias	0	9.272.389,47	
Provisão de encargo patronal ao RPPS sobre licença-prêmio	45.013.787,78	40.488.005,13	10,9%
TOTAL	170.716.783,45	212.140.908,74	24,3%

Fonte: Sistema e-Fisco

Diante da mudança de entendimento sobre a classificação contábil, à luz do CPC 25, os saldos das provisões e encargos sobre férias serão classificados como demais obrigações a curto prazo, em virtude de se tratar de obrigações presentes, com valores líquidos e certos; nesta mesma linha de entendimento, adotamos a mesma prática para os valores de licença prêmio com esta mesma característica.

Demais obrigações a curto prazo

Correspondem às obrigações presentes do Tribunal de Contas, derivadas de eventos passados e decorrentes de retenções junto à Folha de Pagamentos dos servidores e de pagamentos de fornecedores, feitas pelo TCE-PE, em favor de terceiros.

Descrição	Exercício Atual(R\$)	Exercício Anterior(R\$)	AH(%)
Imposto de renda retido sobre a folha de pagamento	9.604.991,62	8.003.686,07	16,70%
Contribuições de outros poderes a repassar (FUNAFIN)	5.186.146,90	5.191.527,25	0,10%
Outras obrigações de curto prazo	1.621.861,29	1.118.498,70	31,80%
Total	16.412.999,81	14.313.712,02	12,80%

Fonte: Sistema e-Fisco

Provisões a Longo Prazo

Decorrem do reconhecimento de obrigação para com os servidores decorrentes de licença-prêmio em desenvolvimento, isto é, daqueles meses que correspondem a uma expectativa de direito, tendo em vista que o período aquisitivo não foi completado.

Descrição	Exercício Atual(R\$)	Exercício Anterior(R\$)	AH(%)
Provisão de licença prêmio	45.301.783,29	38.025.371,24	16,1

Documento assinado digitalmente por: ISAAC DE OLIVEIRA SEABRA, MARCOS COELHO JORETO. Código de Verificação: 766a33a-d95b-4998-8464-018185440155



Patrimônio Líquido

A composição do Patrimônio Líquido é a seguinte:

Descrição	Exercício Atual(R\$)	Exercício Anterior(R\$)	AH(%)
Ajustes de avaliação patrimonial	324.194,82	324.194,82	0,00
Resultado do exercício	14.945.516,04	(10.328.130,48)	169,44
Superávits ou déficits de exercícios anteriores	(90.322.529,21)	(79.980.493,16)	11,44
Ajustes de exercícios anteriores	(900,00)	(13.905,57)	1445,71
TOTAL	(75.053.718,35)	(89.998.334,39)	19,99%

Fonte: Sistema e-Fisco

Em relação ao resultado do exercício, o superávit patrimonial apresentado decorre, em sua relevância, das desincorporações de passivos provenientes de ajustes nas provisões de licença prêmio, com reflexos provocados na DVP, em consequência do plano de aposentadoria voluntária institucionalizado pelo TCE-PE.

3.4 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais

Durante o exercício de 2017 o TCE-PE obteve um resultado patrimonial positivo de R\$ 14.946.619,04, cujos principais montantes detalhamos a seguir:

Descrição	Exercício Atual(R\$)	Exercício Anterior(R\$)	AH (%)
Exploração e venda de bens, serviços e direitos	4.750,00	0	100,0
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	7.368.036,23	12.478.124,03	-41,0
Transferências e delegações recebidas	379.092.600,00	341.016.423,02	11,2
Valorização e ganhos c/ ativos e desinc. de passivos	16.282.534,46	71.645.574,31	-77,3
Outras Variações Patrimoniais aumentativas	177.877.861,99	1.994.996,68	8816,2
(-) Pessoal e Encargos	(528.390.650,45)	(380.498.952,57)	38,9
(-) Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	(28.573.285,12)	(26.025.535,41)	9,8
(-) Transferências e delegações concedidas	(7.726.741,49)	(29.395.996,45)	-73,7
(-) Desvalorização e perdas de ativos e incorp. de passivos	(315.265,74)	(800.450,91)	-60,6
(-) Tributárias	(124.854,94)	(78.088,07)	59,9
(-) Outras variações patrimoniais diminutivas	(549.468,90)	(664.225,11)	-17,3
TOTAL	14.945.516,04	(10.328.130,48)	244,7

Fonte: Sistema e-Fisco

As respectivas variações estão analisadas a seguir:

Variação patrimonial aumentativa

Transferências e delegações recebidas

Elevação em decorrência do aumento das transferências relativas a duodécimos, constantes no orçamento de 2017.

Outras variações patrimoniais aumentativas



O valor de R\$ 177.877.861,99 decorre, em sua relevância, de novo entendimento de classificação contábil, devidamente explicadas nas notas relativas às provisões de curto e longo prazo do Balanço Patrimonial. Houve baixa do registro do valor da provisão de licença prêmio vencida de 12/2016, no valor de R\$ 172.464.919,07.

Varição patrimonial diminutiva

peçoal e encargos

O aumento em relação ao exercício anterior decorre da classificação dos encargos patronais sobre licença prêmio no valor de R\$ 45.314.388,64 e da licença-prêmio vencida (R\$ 10.055.827,90) constituída integralmente neste exercício, tendo em vista a completa reversão da provisão do exercício anterior explicada no item "provisões a curto prazo", bem como da classificação da provisão sobre licença prêmio no valor de R\$ 158.877.833,14 constituída integralmente neste exercício, tendo em vista a completa reversão da provisão do exercício anterior.

Transferências e delegações concedidas

Neste exercício, houve redução no total das transferências concedidas, especialmente intragovernamentais, considerando o complemento do repasse ao Governo do Estado de Pernambuco no valor de R\$ 7.400.000,00.

Recife, 07 de fevereiro de 2018.

ISAAC DE OLIVEIRA SEABRA
CONTADOR RESPONSÁVEL- CRC-PE 16.709/O-5

Documento Assinado Digitalmente por: ISAAC DE OLIVEIRA SEABRA, MARCOS COELHO LORETO
Acesso em: https://e.icepe.ic.br/epp/validarDocumento.aspx?CodigoDocumento: 7f5ea33a-d953-4993-8464-0f8f2754fdb5